



SINTECT PB

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CORREIOS E
TELÉGRAFOS NA PARAÍBA, EMPREITEIRAS E SIMILARES **BOLETIM INFORMATIVO**

PARA BARRAR AS PRIVATIZAÇÕES A GREVE GERAL DEVE SER CONSTRUÍDA

O Ministério da Economia anunciou na imprensa que o projeto de lei (PL) que propõe o fim do monopólio dos Correios sobre o serviço postal ficou pronto e que o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, em 14/10/2020, o encaminhou para aprovação do presidente Jair Bolsonaro. Após isso, o referido PL deverá ser enviado ao Congresso Nacional, segundo o Ministro, ainda neste mês de outubro. O PL é o pontapé inicial para a privatização dos Correios e conta com o apoio da imprensa corporativa, que não se cansa de divulgar a falsa ideia de que os Correios não cobrem suas despesas, ignorando que esta empresa não foi criada para dar lucro, mas para fazer a integração nacional. Mesmo assim, a ECT é auto sustentável e até lucrativa. Dessa forma, é fake news, traduzindo para o bom português: é mentira a afirmativa de que os Correios não cobrem suas despesas com folha de pessoal e com a inovação de seus serviços postais.

O que estão nas sombras do anúncio do Ministro das Comunicações são conglomerados empresariais e o mercado financeiro, que têm interesse na privatização. Veem com a abertura do debate da privatização dos Correios, uma maneira de levar essa pauta a várias outras estatais e instituições públicas.

O BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento), que está fazendo a modelagem da privatização da ECT, afirma que podem fatar a empresa, desde que se garanta a entrega em todo o território nacional dos pedidos das pessoas físicas, burlando, dessa forma, a Constituição Federal. Outra proposta que pode ser apresentada, é enviar ao Congresso Nacional a criação de uma Agência Regulatória que fiscalize o serviço a ser prestado pelas empresas privadas, com a possibilidade de fazer com que quem adquira os serviços dos Correios nas cidades maiores, seja responsável pelas menores.

Entretanto, sabemos como funciona o processo de entrega de instituições públicas ao setor privado. Privatizações realizadas levaram ao aumento das tarifas e piora na prestação dos serviços à população, como nos casos dos correios de Portugal e da Argentina. Outro exemplo, é o resultado da privatização da Vale do Rio Doce, que traz, entre outros, o caso das mortes de trabalhadores e contingentes populacionais, em razão dos acidentes



devido à falta de investimento em segurança, nas cidades de Mariana e Brumadinho, ficando evidente que os lucros da Vale do Rio Doce sob o regime privado sempre importaram mais que a vida.

Nosso país está sendo assaltado, à mão grande, pela sanha dos interesses das grandes corporações nacionais e, principalmente, estrangeiras. Não há limites ao mercado especulativo! Eles não estão preocupados com os interesses da população ou muito menos dos trabalhadores, pois, o que importa, no final das contas, é o quanto de lucro será obtido para compor o patrimônio dos capitalistas. Não se importam se serão excluídas milhões de pessoas do processo produtivo e do acesso a vários serviços que apenas uma empresa pública tem a possibilidade de garantir.

Para lutar contra isso, é necessário que a classe trabalhadora brasileira se unifique e se organize, através das Centrais Sindicais e de greve geral com uma pauta que atenda aos interesses dos trabalhadores e da população.

**NÃO À PRIVATIZAÇÃO DOS
CORREIOS!
FORA BOLSONARO E TODO O
SEU GOVERNO!**

SINDICATO ENTRA COM AÇÃO PARA GARANTIR MAIOR SEGURANÇA AO ATENDENTE

Preocupado com a maneira como está sendo feito o alívio de numerário pelos gerentes e tesoureiros das agências, a partir das novas determinações da ECT, com o fim do Banco Postal, e, entendendo, também, que além de perigoso, há claro desvio de função (inclusive, oficializado por manual da Empresa), o SINTECT-PB ingressou com uma ação contra a ECT.

No último dia 7, foi realizada audiência no processo ACPCiv 0000394-12.2020.5.13.0004. Como a empresa não aceitou fazer acordo para implementar segurança no



transporte de valores aos seus trabalhadores, o juiz marcou uma audiência de instrução para 1º de março de 2021, quando serão ouvidas testemunhas de cada parte e o Ministério Público.

DEMORA NA REFORMA DE BANHEIRO CAUSA TRANSTORNO NO COA

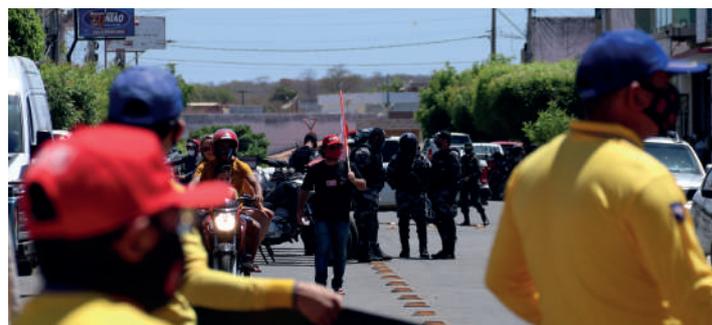
A reforma que a empresa vem realizando nos banheiros do ambulatório/agência Água Fria, do COA – Complexo Operacional e Administrativo, vem causando

transtornos aos usuários, obrigando-os a percorrer mais 200 metros. Usuários do ambulatório médico, trabalhadores da empresa e seus dependentes, mesmo tendo um banheiro dentro do setor, também estão sendo obrigados a fazer esse deslocamento. Entendemos a necessidade da reforma, mas a problema é que ela se arrasta há mais de dois meses.

TRABALHADORES DA PARAÍBA MOSTRAM SUA FORÇA NA GREVE

Os trabalhadores dos Correios deflagraram, no mês de agosto, a Greve Geral da categoria em todo país. Foram 36 dias de movimento paredista, com a participação de todos os sindicatos. Durante todo o período greve, o SINTECT-PB se manteve firme, realizando uma série de ações no sentido de que o movimento paredista alcançasse o maior número de adesão dos trabalhadores. O resultado é que a Paraíba foi o 3º estado do Brasil com maior adesão proporcional de trabalhadores à greve deste ano. Oficialmente, segundo documentos da ECT, 528 trabalhadores aderiram ao movimento paredista, de um total de 1270 empregados, o que representa 41,57% do total. A greve, que foi a maior da história dos ecetistas na Paraíba, teve adesão de trabalhadores lotados em 141 agências, sem contar carteiros que são, devido aos CDDs virtuais, lotados em CDDs, mas prestam serviços nas agências, o que aumentaria o número de agências que aderiu. Exemplo é o dos carteiros da AC MONTEIRO, que são lotados no CDD Campina Grande, mas prestam serviços em Monteiro. Funcionários de todos os 10 CDD's e do CEE, além de alguns da área administrativa, também, aderiram ao movimento.

Sob a coordenação da direção colegiada, foram realizados atos públicos em João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos, Cajazeiras, Sousa, Coremas e Santa Rita. O ato de Coremas ocorreu a partir da proposta dos diretores do SINTECT, que, ao tomarem conhecimento



Ato em Coremas (17/09)

de que a comitiva de Jair Bolsonaro estaria no município de Coremas, sugeriram que o sindicato e o Comando de Greve preparassem um ato de protesto em meio à visita do presidente. Nem mesmo a ação repressora da Polícia Rodoviária Federal, que interceptou, em Sapé, o ônibus que partiu de João Pessoa para o ato, conduzindo-o de volta a João Pessoa, impediu que a direção colegiada decidisse pela ida a Coremas, tendo utilizado veículos particulares e locados. O ato de Coremas foi uma demonstração de que a unidade dos trabalhadores que importa é aquela que serve para fortalecer as lutas por direitos dos ecetistas.

Não era hora de dividir os trabalhadores por interesses de grupos e de pessoas. No pós-greve, a direção do sindicato, através dos diretores liberados, está realizando (como foi feito no período pré-greve) visitas aos locais de trabalho, sem contudo, entrar nas unidades, uma vez que, desde o início da pandemia, a ECT não permite reuniões setoriais, o que se agravou com o julgamento do Dissídio Coletivo, já que a Cláusula que permitia a realização de reuniões setoriais foi excluída.